



Sobre a Invisibilidade Social das Juventudes Rurais

Nilson Weisheimer

NILSON WEISHEIMER é Doutor em Sociologia (UFRGS). Pós-Doutor em Sociologia (USP). Professor Adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB). Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRB). Coordenador do Núcleo de Estudos em Agriculture Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB) e do Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB). Vencedor do Prêmio Capes de Teses 2010. E-mail: weisheimer@pq.cnpq.br.

Artigo originalmente publicado na Revista: Desidades: Revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude. Nº 1. Anoº1. Dez. 2013. Disponível em: <http://desidades.ufjf.br/editorial/editorial-ed-1/>. Acesso em novembro de 2015.

Observamos nas últimas décadas significativos avanços no debate público em torno do tema da “juventude” no Brasil e América Latina. A relevância crescente desta categoria social pode ser verificada tanto pela renovação do interesse e conseqüente ampliação de estudos, pesquisas e publicações no campo das Ciências Humanas, quanto pela ampliação das iniciativas destinadas a este segmento por parte de diversos atores governamentais e da sociedade civil em nosso continente. Esta ampliação do interesse também se faz notar sobre temas relacionados aos jovens rurais, porém com menor intensidade. No caso destes últimos, dois aspectos foram importantes para impulsionar inicialmente o debate: a) as estatísticas dos processos migratórios demonstraram que o êxodo rural nas últimas décadas foi protagonizado principalmente por jovens, entre os quais as mulheres constituíram a maioria. Tal fenômeno contribuiu para um ecentuado processo de envelhecimento e masculinização das populações rurais. Outro aspecto, menos explícito, porém não menos importante, tem sido a persistência de uma certa situação de invisibilidade social a que estão submetidos os jovens no meio rural. Este artigo tem como objetivo problematizar este segundo processo. Pretende-se situar o leitor no que consiste a invisibilidade social. Em seguida demonstrar como esta invisibilidade social se processa no âmbito dos estudos acadêmicos. Visamos ainda elencar alguns hipóteses para o desinteresse acadêmico sobre o tema. Por fim argumentaremos que a superação desta situação passa pelo reconhecimento da complexidade do fenômeno juvenil no campo, o que daria visão a percepção da existências de diversas juventudes rurais.

1. DEFININDO O PROBLEMA DA INVISIBILIDADE SOCIAL

A invisibilidade consiste na característica de um objeto não ser visível aos observadores porque não absorvem nem refletem luz. Ao acrescentarmos o termo social estamos nos referindo a situações em que determinados sujeitos se encontram imperceptíveis nas relações sociais. Trata-se portanto de uma ação social que implica em não ver o outro, não enxergar sua existência social e tudo que decorre deste fato. Ou seja, por invisibilidade social entendemos todo um processo de não reconhecimento e indiferença em relação a sujeitos subalternos da sociedade. Esta invisibilidade social se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que se nega ao outro o direito ao reconhecimento e a identidade social. Ela se manifesta na vida cotidiana, opera de modo intersubjetivo e objetiva-se nas práticas do censo comum e do campo científico. Particularmente em relação a produção do conhecimento científico, esta invisibilidade se processa quando este não abrange estes sujeitos, não reflete sobre eles, não lhes reconhece a existência e nem lhes atribui capacidades reflexivas.

Entre todos os excluídas e marginalizadas de nossa sociedade atual, os jovens que vivem em territórios rurais figuram entre os mais vulneráveis. A invisibilidade social ao qual estão submetidos estes jovens consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que, dessa forma eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Nesse contexto a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental. Até que essa inclusão ocorra, o que se tem são “estados de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem os grupos de jovens rurais, sem chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas (Rua, 1998). O atual “estado de coisas” implica em negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para a juventude do meio rural. Esse segmento sob muitos aspectos, não acessa nem usufrui do conjunto de direitos básicos que estruturam a condição de cidadão. Não é exagero dizer que os jovens rurais não gozam do direito à cidadania quando se trata



de admiti-los como sujeitos ou atores políticos, com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não reconhecimento, preconceitos, estigma, marginalidade e exclusão.

2. A INVISIBILIDADE DOS JOVENS RURAIS NAS PESQUISAS ACADÊMICAS RECENTES

Ao considerarmos o conjunto da produção acadêmica sobre juventude rural nas duas últimas décadas verificamos um pequeno crescimento do interesse pelo tema. Os levantamentos bibliográficos realizados por Weisheimer (2005) e Sposito (2009) indicam que se esta lentamente processando uma superação desta invisibilidade social.

Em 2004, a pedido do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tive a oportunidade de mapear e sistematizar a produção acadêmica sobre juventude rural realizada no Brasil no período de 1990 a 2004. Foram analisadas a produção de pós graduação, publicação de artigos em periódicos científicos e de livros. Na ocasião identificamos 50 trabalhos realizados por 36 pesquisadores. Verificamos que esta produção se concentrava principalmente nas regiões Sul e Sudeste, seguindo-se de Nordeste e Norte do Brasil com participação residual. No entanto destacava que as pesquisas e publicações apresentavam um crescimento significativo a partir dos anos 2000, o que apontava para ampliação e consolidação deste campo de estudos (Weisheimer, 2005).

A pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Marília Sposito (2009) realizou um levantamento da produção discente da pós graduação sobre o tema da juventude no Brasil. Foram identificados 1.427 trabalhos defendidos em



programas de pós graduação nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. Deste total apenas 52 trabalhos se ocupam dos jovens do meio rural, ou seja aproximadamente 4% de tudo que se estuda sobre juventude no Brasil se refere aos jovens rurais. Conforme salienta a autora

Há uma nascente produção sobre os jovens e o mundo rural que precisa ser ainda mais incentivada. Os poucos estudos existentes são reveladores das múltiplas temporalidades que articulam as relações sociais em nossa sociedade, das imbricadas relações de complementariedade e das tensões existentes entre cidade e campo, muitas vezes obscurecidas por uma ótica excessivamente urbana (Sposito, 2009, p.24).

Este mapeamento demonstra categoricamente o desinteresse dos pesquisadores brasileiros sobre os modos de vidas e os dilemas que afetam os jovens do campo. A questão que fica posta é porque isto ocorre. Seria o fato de vivermos sociedades altamente urbanizadas fator explicativo suficiente para justificar esta visão urbanocêntrica sobre o fenômeno social da juventude?

3. ALGUMAS HIPÓTESES PARA O DESINTERESSE DOS PESQUISADORES SOBRE OS JOVENS RURAIS

Na tentativa de compreender a ocorrência da persistência da invisibilidade social que afetam as juventudes rurais no âmbito acadêmico somos levados a considerar ao menos três hipóteses: a) a subestimação da existência da juventude no meio rural marcada principalmente pelas relações de trabalho agrícola; b) a subestimação da importância do meio rural, uma vez que nossas sociedades seriam predominantemente urbanas; c) a incompatibilidade entre os termos juventude e rural. Detemo-nos brevemente sobre cada uma destas possibilidades.

Num período ainda recente, os sociólogos acreditavam que a inserção no universo produtivo conduzia superação da condição juvenil e da própria existência da juventude no chamado modo de produção camponês. Um exemplo desta posição pode ser encontrada no trabalho do sociólogo José Tavares dos Santos (1984, p. 46), segundo o qual no meio rural “os processos de socialização primária e secundária se confundiam num único momento, visto que ocorrem no âmbito das relações familiares”. Com base nisto, acreditava-se que não haveria jovens no campo “pois de crianças passam diretamente à condição de adultos”.

(Tavares dos Santos, 1984, p. 46). De minha parte entendo que essa percepção não corresponde aos processos sociais que configuram a situação juvenil na agricultura familiar. Isto porque, embora os jovens exerçam um papel produtivo importante no âmbito do trabalho familiar, isto não chega a configurar a superação da condição juvenil, uma vez que eles permanecem subordinados à autoridade dos pais, não tendo sido superada a sua posição subalterna na hierarquia familiar.

Outra possível razão para o desinteresse pela vida dos jovens rurais residiria na constatação de que o Brasil seria 84% urbano, segundo o senso do IBGE de 2010. Desta maneira os territórios rurais seriam um mero resíduo do passado prestes a desaparecer. Porém se considerarmos o índice de pressão antrópica como faz Jose Eli da Veiga (2003) reconheceremos que o Brasil é mais rural do que se imagina chegando a comportar 30% da população em municípios rurais. Conforme este autor “para efeitos analíticos não se deveria considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20.000 habitantes” (Veiga, 2003, p. 23). Sem considerar o efeito antrópico na distinção entre o rural e o urbano, continuaremos vivendo em “cidades imaginárias”. Além disto, como demonstra este autor, ao superar a confusão reinante entre rural (noção espacial) e atividade agropecuária (relações sociais de produção) veremos que nem todo rural é agrícola e que nos territórios rurais existem muitos processo de inserção social nos quais os jovens participam que merecem a atenção dos pesquisadores da juventude.

Por fim, o dilema da invisibilidade social deve-se em parte à desatenção dos cientistas sociais. Yanko Gonzáles Cangas (2003) sugere que isto estaria relacionado ao fato de que a juventude e o rural, enquanto construtos teóricos, aparecem como contraditórios e irreconhecíveis nos estudos que dominaram a pautas destes temas ao longo do século XX. A juventude aparece como uma expressão da modernidade que tem no meio urbano e nas classes altas as matrizes de sua caracterização, atribuindo-lhe uma ligação aos processos de transformação e ao futuro na forma de uma sucessão de gerações. Por sua vez a carga semântico-teórica acerca do “rural”, estabelecida também desde o ponto de vista da modernização, impôs a este um significado de conservação e passado, algo que precisaria necessariamente ser superado (Cangas, 2003). Entendemos que a reconciliação entre estes termos passa justamente por reconhecer nos jovens os elementos dinâmicos da sociedade com grande potencial para



serem os construtores de mudanças sociais significativas. Com efeito os jovens rurais figuram como agentes estratégicos para qualquer projeto de desenvolvimento rural, principalmente se este se orientar por princípios de sustentabilidade, o que envolve necessariamente importantes relações intergeracionais.

4. A DIVERSIDADE DAS JUVENTUDES RURAIS

Conhecer um fenômeno é diferenciá-lo dos demais e perceber sua complexidade interna. Conseqüentemente, para superar a situação de invisibilidade não basta desenvolver estudos que tenham nos jovens os sujeitos investigados. É preciso antes problematizar a própria construção do objeto, ou seja, as relações sociais nas quais os jovens se inserem e que fazem da própria categoria juventude uma construção social em disputa. Com efeito, fazem-se necessárias não apenas uma teoria sobre a juventude e outra sobre os diversos processos sociais agrários, mas também, construtos teóricos que sintetizem a complexidade de suas implicações recíprocas. Mas como podemos definir a especificidade dos jovens que nos dedicamos a conhecer?

Entendemos que a especificidade dos jovens resulta dos processos de socialização nos quais eles estão inseridos. Ou seja, em termos sociológicos é a socialização que define o jovem, ou de qual jovem falamos. Com efeito, para conferir maior precisão analítica à juventude como categoria social e aos jovens como sujeitos históricos é importante considerar os processos de socialização nos quais eles se inserem buscando identificar a agência socializadora predominante, o que lhe confere uma posição determinada no espaço social. Este posicionamento, categorizar os jovens por sua socialização, rompe com as definições de caráter substancialista sobre a juventude possibilitando construir a categoria analítica de modo relacional. Isto é, em termos de sua posição num espaço de relações sociais. Com efeito, a reconstrução sociológica da situação juvenil, com base no processo de socialização confere maior coerência à proposta de privilegiar as noções de juventudes e jovens no plural.

Entendemos que a superação da invisibilidade social das juventudes rurais não se efetivará por meio da reprodução dos recortes demográficos ou critérios normativos que demarcam os limites etários. Tão pouco pela aplicação, sem por à prova, das categorias pré-estabelecidas a partir da dicotomia rural-urbano, mesmo que fixadas no senso comum, nos discursos políticos ou no campo

acadêmico. Este é o caso da categoria “juventude rural”, que é forjada a partir de uma ótica urbana que percebe o rural como um espaço da precariedade social, reforçando, mesmo que involuntariamente, o estigma sobre este segmento. Desta maneira, a homogeneização das diferenças no interior de uma categoria mais ampla, como a de “juventude rural”, acaba contribuindo para perpetuar a invisibilidade sobre a diversidade dos modos de vida e dos processos de socialização no campo e que produzem categorias juvenis diversas no meio rural. Isto porque, tal procedimento dificulta o reconhecimento das especificidades que emergem de diferentes situações juvenis no meio rural gerando tipos sociais distintos, tais como os jovens agricultores familiares, os jovens assalariados rurais, os jovens quilombolas, os jovens extrativistas, jovens pescadores, jovens indígenas e outros. Ou seja, queremos chamar a atenção para o fato de que não existe uma juventude rural, mas, muitas juventudes rurais. Superar a invisibilidade das juventudes rurais implica em reconhecer que ela não é simplesmente um elemento da diversidade, mas que contém, ela mesma, toda uma diversidade de tipos sócias.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cangas, Yanco Gonzáles. Juventud Rural: trayectorias teóricas y dilemas identitários. Revista Nueva Antropología, v. 19, n. 63, pags. 153-75. México: UCM, 2003. Disponível em: <http://www.iica.org.ur/redlat/index.html>. Acesso em 4 de junho de 2006.
- Rua, Maria da Graça. Políticas Públicas e Juventude nos anos 90. Em: CNPD (org.) Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. V2. Pags. 731-752. Brasília: CNPD, 1998.
- Sposito, Marília. A Pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999 – 2006). Em: Sposito, Marília. (Coord.) O estado da arte sobre juventude: Educação, Serviço Social e Ciências Sociais. (1999 – 2006) Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- Tavares dos Santos, José-Vicente. Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984.
- Veiga, José Eli da. Cidades Imaginárias. O Brasil é mais rural do que calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.
- Weisheimer, Nilson. Juventudes Rurais: mapas de estudos recentes. Brasília: MDA, 2005.
- (Palavras Chaves: juventudes rurais, invisibilidade social, pesquisas acadêmicas)